

OS PROCESSOS DE CONSCIÊNCIA NA ATUAÇÃO DOCENTE: POR UMA EDUCAÇÃO HUMANIZADORA.

Matheus Sousa Ribeiro ¹

RESUMO

Olhar, ler o mundo e ser no mundo por meio da educação é um dos grandes legados da abordagem construtivista. A educação humanizadora se assenta na construção de uma sociedade democrática, ao permitir desenvolver – por meio do diálogo – a sensibilidade na escuta, na produção de conhecimento coletivo. Neste contexto, a primeira parte do artigo consiste em destacar o compromisso histórico do profissional docente em disputar a construção da subjetividade dos sujeitos por meio de uma educação historicizada, crítica e mediada com a realidade social do estudante, enfrentando uma correlação de forças desfavorável tendo em vista os múltiplos aparatos ideológicos do Estado Burguês que disseminam (des)informação e naturalizam o fenômeno da luta de classes. Após compreender o papel docente em ressignificar o espaço escolar, a segunda parte do texto direciona o sentido para compreendermos o que entendemos como lógica humanizadora e, desta maneira, qual lógica o profissional docente deve se desvencilhar a medida em que anseia construir coletivamente uma educação humanizada. Nesta parte, a principal luta no ato educativo é superar a coisificação do ser social para então o humanizar, uma contradição posta dentro do espaço escolar capitalista ao se fazer educação. A (re)construção do espaço escolar anticapitalista e anti-imperialista é uma necessidade imediata para construirmos um projeto de escola que atendam os interesses da classe trabalhadora.

Palavras-chave: Processos de consciência; Educação humanizadora; Ideologia.

INTRODUÇÃO

Ser profissional docente é, antes de mais nada, ser humano às questões socioespaciais, desvelando as mazelas sociais e a produção do sistema de opressões como mecanismo de (re)produção ampliada do capital, denunciando a exploração do homem pelo homem que nos desumaniza nas relações de trabalho e na formação para o trabalho, entre outros processos em mediação com o discente e o meio em que se insere. Em outras palavras, ser professor significa ter compromisso ético com a transformação da realidade social dos(as) filhos(as) da classe trabalhadora frente ao tecido social de desigualdades produzidas pelo sistema capitalista.

A formação de professores é um momento ímpar, tanto inicial quanto a continuada, na profissionalização da atuação, tendo em vista o docente como fundamental

¹ Graduado em Gestão Ambiental pelo Instituto Federal de Alagoas (IFAL), graduado em Geografia (Licenciatura) pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e, atualmente, mestrando em Educação pela Universidade Estadual de Roraima (UERR). Professor do quadro efetivo da Secretaria de Educação e Desporto do Estado de Roraima (SEED/RR). mrtheu03@live.com

ator social social, político e histórico que disputará o processo de formação da consciência do aluno visando a transformação de sua realidade social.

Na medida em que o profissional docente em formação não compreende o seu papel social, político e histórico, a condução do processo de ensino-aprendizagem tende a seguir os moldes da ideologia dominante e, portanto, a manutenção da realidade social dos(as) filhos(as) da classe trabalhadora, atuando como mero (re)produtivista no seio do espaço escolar, minando a potencialidade do ser mais dos alunos.

A não compreensão do papel supracitado se manifesta de inúmeras formas na prática docente: a. seja pela negação ao diálogo, em não ter sensibilidade a escuta no processo de construção do conhecimento com a realidade social do estudante, ou seja, negando a sua própria existência frente a singularidade socioespacial², desumanizando-o; b. o docente atua como um reproduzidor de conteúdos disciplinares produzidos pelo Estado Burguês no Currículo, a não mediação entre a realidade e os conteúdos programáticos trabalhados no espaço escolar capitalista torna o conhecimento inerte de emancipação dos(as) alunos(as), tendo em vista que não há emancipação sem a superação das opressões e explorações da sociedade vigente.

No momento em que isto acontece, o aluno se torna um sujeito passivo e o professor reforça o método conteudista e (re)produtivista que a (des)ordem capitalista propaga, afinal sujeitos que questionam o fenômeno da luta de classes são potenciais ameaças a atual forma de sociabilidade.

O presente artigo tem como objetivo apontar o papel político e social do profissional docente, frente a correlação de forças desigual de um Estado Burguês que intencionalmente desumaniza a classe trabalhadora para poder garantir a (re)produção metabólica do capital.

METODOLOGIA

O presente trabalho é resultado de uma série de leituras e reflexões realizadas com base em uma disciplina do mestrado em Educação da Universidade Estadual de Roraima, a qual buscava debater a importância da profissionalização docente e o papel do educador na atual conjuntura. Desta maneira, o presente trabalho se centra na disputa da consciência

² Singularidade a qual se articula dentro da divisão socioespacial do trabalho, de forma desigual e combinada, logo a sua realidade socioespacial é materializada conforme a produção desigual do espaço na articulação entre o local-global.

do sujeito, seja pela ideologia dominante como pela ideologia contrahegemônica, sendo a última a qual o professor “libertador” deve se filiar como compromisso histórico, político e socioespacial da classe trabalhadora.

REFERENCIAL TEÓRICO

O profissional docente ciente do seu papel político, social e histórico sob nenhuma hipótese deve alimentar a ilusão de que é, por si só (individualmente), um agente capaz de “mover montanhas”. O enfrentamento do trabalhador docente – assim como das diversas categorias da classe trabalhadora – deve ser ao problema raiz: a estrutura da sociedade de classes, ou seja, a forma da sociabilidade capitalista e seus aparatos de manutenção da “ordem” capitalista que produz uma educação repleta de contradições.

No primeiro momento, dentro da sociedade de classes, o docente precisa reconhecer seu papel de classe trabalhadora³ e atuar em prol da emancipação da mesma. Porém, o processo de disputa da consciência na sociedade de classes é desigual, afinal as classes dominantes de dada época detêm os aparelhos de disseminação ideológica em massa, defendendo a manutenção do seu *status quo*. Por ser desigual, o trabalhador docente se cooptado pelas ideologias dominantes formarão sujeitos acríticos na ação frente a realidade de cada aluno.

A consciência é produzida pelas relações sociais de produção, não cabe reduzi-la ao suas dimensões físicas e orgânicas (IASI, 1999), muito menos apenas admitir como vivência imediata, já que a subjetividade do sujeito é produzida por informações sistematizadas de outros múltiplos meios que não somente da vivência imediata, disseminada pelos grandes monopólios de mídia. Sobre a formação do psiquismo, Iasi afirma que:

É na interação com o mundo externo que se forma o psiquismo, a estrutura básica do universo subjetivo do indivíduo. Chegamos ao mundo munidos apenas de nosso corpo orgânico e de seus instintos, ou impulsos básicos (o que Freud chama de ID: instintos que se originam da organização somática) (IASI, 1999, p. 18).

Tendo em vista a produção da consciência na relação do sujeito com o mundo exterior, o professor é um dos atores sociais que, no processo de formação do sujeito pelos diferentes níveis da Educação, disputa a consciência do sujeito sobre as formas de se ver

³ Em outras palavras, ter consciência de classe para si.

e fazer o mundo. Por mais que, como já supracitado, seja desigual o processo de disputa da consciência seja desigual, o professor – pela posição de autoridade – carrega um peso singular ao promover reflexões pelo papel formador que a sociedade atribui a ele. Desta maneira, sob nenhuma hipótese, o docente compromissado com sua classe social não deve abrir mão de disputa para um horizonte emancipador na formação do estudante.

Frente às contradições da sociedade capitalista no confronto com a problematização da realidade, o docente produzirá os instrumentos necessários para que o sujeito tenha plena ciência de observar a sua posição no mundo. Se, por ventura, a ideologia capitalista deposita na meritocracia a possibilidade de ascensão social, mas, por mais que trabalhe incessantemente, o trabalhador não consegue sair da condição de miséria social, a sua (re)produção enquanto sujeito atravessa uma vivência de contradição que pode direcionar a “raiva justa” na canalização de novas práticas sociais coletivas.

Essa raiva, que ora se transforma em resistência orgânica e cultural, é uma das maneiras de combater a dor, a fome, o desconforto e a maldade dos opressores. É uma raiva justa contra os preconceitos raciais, de classe, do sexo e da mulher (Freire, 2003). Mas raiva sem reflexão não basta. É o início, não o fim. É necessária a rebeldia que impulsiona, que rompe com a inércia dos adormecidos como um vulcão que acorda depois de um longo período de sono. Nas palavras de Freire (1996, p. 88), “é deflagração da justa ira, mas não é suficiente”. É um imperativo categórico canalizar a força da ira, da raiva, da rebeldia em direção à superação delas, no caso, na ação revolucionária, crítica e coerente, justa e humana, intencional e libertadora, capaz de tornar o Mundo um lugar do diálogo entre a denúncia daquilo que desumaniza e a proclamação de sua superação (NICOLETTI, NUNES, p. 55)

É no ato de tornar consciente as contradições da sociabilidade capitalista que o sujeito se mobilizará a uma práxis social que não se desdobra no mero conformismo, nem se paute no individualismo, mas sim a partir da consciência coletiva que se busca as melhores estratégias para canalizar a “rebeldia justa” em ações concretas. É a partir da mobilização dos conhecimentos teóricos que o sujeito, ao ler o mundo, os utiliza como sustentáculo para ser e fazer no mundo.

O trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Assim, o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo. (Saviani, 1995, p. 17 apud. NUNES, 2020, p. 88-89)

Desta maneira, o sujeito precisa avançar nos processos de consciência para dimensões de questionamento do caráter histórico dado da realidade, superar a naturalização dos problemas sociais. A inevitabilidade é um caminho que silencia vozes,

imobiliza o ser social em se organizar coletivamente visando o alcance das pautas democráticas.

Contudo, os processos de consciência não é um avanço progressivamente linear, a consciência pode retornar a patamares anteriores, segundo Iasi. Desta maneira, o profissional docente precisa permanentemente se formar politicamente para desviar das armadilhas postas pelas classes dominantes, afinal somos sujeitos em disputas também capazes de sermos cooptados pela ideologia dominante.

O profissional docente, portanto, deve atuar como mediador que problematiza a realidade social do alunado junto ao mesmo. Nesse processo, a realidade deixa de ser compreendida apenas na sua superfície, ela deve ser explorada em sua complexidade.

Ao atuar de forma contrahegemônica, o profissional docente crítico a (des)ordem capitalista se torna alvo de ameaça das classes dominantes como, por exemplo, a proposição de caça a liberdade de cátedra na agenda dos políticos conservadores brasileiros com o Programa Escola Sem Partido, uma tentativa nítida de silenciar as vozes daqueles que se posicionam politicamente contra a desigualdade socioespacial⁴.

Para a manutenção da hegemonia das classes dominantes na sociedade burguesa, as classes dominantes fazem uso da produção de consenso (através da ideologia replicada nos monopólios de mídia, no documento curricular formal e oculto da escola ao propagar valores morais da classe dominante às dominadas, pela aplicação mecânica do conteúdo pelo professor conteudista, etc.), mas também pela repressão (perseguição política aos professores que se organizam politicamente; a “confusão” entre autoridade e o autoritarismo pelo docente dentro do espaço escolar) para exercer o seu poder e manter a luta de classes viva.

O Estado Burguês atende os interesses das classes dirigentes: a burguesia e suas múltiplas frações. O intelectual italiano ainda afirma que o “Estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse próprio grupo [...]” (GRAMSCI, 2007, p. 42).

Nesse sentido, o professor comprometido com a verdadeira transformação social caminha na contramão do pensamento hegemônico – por mais que o profissional docente atue institucionalmente para o Estado. Se por um lado, o consenso produzido pelas classes dominantes tenta homogeneizar o projeto de sociedade da burguesia à classe trabalhadora, por outro, o profissional docente junto ao alunado ao desvelar a natureza do

⁴ Sendo assim, não podemos perder de vista que o Estado é, antes de mais nada, Burguês e, portanto, os braços e as pernas do Estado agem para a manutenção da sociedade de classes.

funcionamento orgânico da sociedade, historicizando-a, cria condições propícias para se aproximar cada vez mais de compreender a realidade e teleologicamente estabelecer ações concretas que transformem a mesma – por meio da contínua fratura das contradições sistêmicas.

O educador deve navegar, portanto, de forma contrahegemônica em todos os espaços de disputa da consciência – para além da sala de aula –, denunciando as práticas de hierarquização cultural no espaço-tempo que servem como instrumentos de legitimação da dominação e que alimentam opressões aos povos originários, negros, imigrantes, dentre outras maiorias minorizadas.

À medida que o sujeito introjeta um pensamento crítico, se formando de teoria que o aproxime na compreensão da realidade socioespacial, o mesmo através de sua criticidade pode se desdobrar – de forma horizontal e não individualmente – para comunhão de uma práxis social em busca do “ser mais”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Sobre a ótica marxista, Louis Althusser compreendia que a educação era um dos dispositivos do Estado Burguês para destilar e legitimar a ideologia da classe dominante e homogeneizar o seu projeto societário para a classe trabalhadora, objetivando a (re)produção do modo de produção capitalista presente em todas os componentes curriculares.

A teorização acerca dos aparatos ideológicos do Estado, situando a Escola como uma Instituição que sirva para formação do consenso na democracia burguesa, de Louis Althusser fora importante, o que não o isenta de críticas acerca do trabalho desenvolvido, em especial a própria categoria “ideologia soar um tanto quanto determinista”.

Apesar de não fazer a história como querem como afirmava Karl Marx em *18 Brumário de Luís Bonaparte*, os sujeitos têm, na mediação da realidade, uma luta crucial contra a dominação ideológica e material postas pelas classes dominantes. É a partir disso, que o profissional docente – por mais desigual que seja a correlação de forças nesta disputa ideológica – comprometido com a realidade social deve navegar na contramão do pensamento hegemônico.

A produção do espaço escolar se materializava conforme as relações sociais de produção vigente no espaço-tempo. Tendo em vista que o sistema capitalista representa um confronto entre burguesia e proletários, a escola – enquanto um dos aparatos ideológicos do capital, de formação do consenso da ideologia dominante – e o

direcionamento dos conhecimentos e saberes produzidos no interior do seu espaço estão atrelados aos conflitos de classe, raça e gênero.

O intelectual latino-americano Anibal Ponce afirma que a “[A educação] ligada estreitamente à estrutura econômica das classes sociais [...] em cada momento histórico, não pode ser outra coisa a não ser um reflexo necessário e fatal dos interesses e aspirações dessas classes” (2010, p. 171).

A escola burguesa encarna os interesses de uma exígua minoria. Por sua vez, a escola proletária, defende os anseios da maioria: a partir disso, podemos pensar a humanização se realizar em sua plenitude. No momento em que o espaço escolar ainda se fazer capitalista, o ensino humanizado encontrará limitações na sua atuação, a medida em que o modo de produção capitalista quer desumanizar a classe trabalhadora, coisificá-la.

Isto, entretanto, não significa que a luta pela humanização deva vir a posteriori, pelo contrário, a busca por uma sociedade humanizada exige, antes de mais nada, uma disputa política-ideológica dentro da “velha” sociedade para, a partir das fraturas frente as contradições existentes, caminharmos rumo a “nova” forma de organização social. Logo, o profissional docente não pode assumir uma postura conformista mas deve atuar dentro das limitações da escola capitalista e da democracia burguesa, objetivando uma educação conscientizadora sobre o lugar do sujeito no mundo, cuja função seria promover a liberdade e a autonomia relativa dos sujeitos no espaço-tempo.

[...] a humanização quando vivenciada no cotidiano é algo bem mais complexo do que simplesmente tornar humano ou mais humano determinado sujeito ou grupo social. E, ultimamente, atribuir caráter humano a determinado sujeito ou grupo nessa sociedade parece que tem sido privilégio de alguns, pois, enquanto um grupo grita seu discurso de ódio, em que “bandido bom é bandido morto”, ou, ainda, quando um mesmo grupo, em plena pandemia da Covid-19, sai pelas ruas pedindo a volta da ditadura ou do AI-5 2 , que foi um dos regimes mais anti-humanitários que conhecemos, existe outro grupo, por exemplo, que tem seu grito silenciado e amedrontado diante de tantas barbáries vivenciadas e tantos extermínios da população negra nesta sociedade dita democrática e humanizada (NERY, BARBOSA, 2021, p. 2-3).

No momento em que o profissional docente não se silencia perante as mazelas sociais, sistema de opressões, se posiciona politicamente e produz uma prática social alinhada com o que propaga, este pode ser o caminho para um viés educativo humanizador. Cabe destacar que ao enunciar um discurso, se o sujeito fala “[...] a partir do lugar de professor, suas palavras significam de modo diferente do que se falasse do lugar de aluno” (ORLANDI, 2013, p. 39), pois dentro do discurso existe a ‘relação de

forças' que representam a constituição das relações hierarquizadas da sociedade. No caso do profissional docente, as suas palavras têm uma autoridade frente a sociedade.

Por mais que a profissão docente seja deslegitimada pelas classes dominantes, assim o fazem, pois compreendem a importante posição que ocupa o professor na sociedade e, portanto, a ameaça em potencial que tal categoria representa a ordem capitalista, quando se compromete historicamente a denunciar às problemáticas sociais no espaço-tempo. Desta forma, a profissão docente tem um grande compromisso histórico, político e social ao longo do seu exercício para a superação da luta de classes

Em nosso ofício de educadores assumimos a humanização do homem e do mundo, tomados aqui como projetos político e ético, estético e educacional, como ponto de partida e ponto de chegada. A *filosofia da humanização* que temos professado e a *pedagogia humanizadora* que temos praticado e proclamado não se reduzem a uma concepção banal e inautêntica de estreita significação, confundindo conceito e prática de humanização como um reducionismo individualista e sentimentalista, muito próprio de soluções parenéticas pontuais. Para nossa compreensão, a humanização da condição do ser humano é a atitude primeira que nos despreendeu da determinação biológica e a que nos impele, em cada tempo e em cada lugar do mundo, a continuar a projetar a grandeza da dignidade humana, para ser posta a serviço e na direção de humanizar o mundo e imantar de humanidades todos os espaços do agir e do ser humano (NUNES, 2020, p. 98).

Humanizar é a busca pela promoção da dignidade humana. Neste sentido, ser professor é um ato político como diria Freire. Ao tomar como centro de sua pedagogia o oprimido, Freire denuncia epistemologias que silenciam as vozes dos(as) trabalhadores(as) e, simultaneamente, valoriza os seus próprios saberes adquiridos a partir da realidade social vivida nos mais diversos contextos, partindo da análise de que o sujeito produz consigo conhecimento ao longo da sua experiência na vida social.

A leitura freiriana vislumbra a humanização do sujeito como uma grande tarefa histórica. Na qual, os sujeitos devem expressar o respeito as múltiplas culturas e saberes no processo educativo, além de respeitar as suas expressões, linguagens, religiosidades, etc. Ao fazer isto, Freire legitima a cultura e o saber dos povos latinos que historicamente foram negados pelos colonizadores, seus saberes silenciados em prol de um projeto societário que mantivesse o status quo dos países do Norte com uma ideologia dominante opressora. Ao reconhecer o outro, Paulo Freire tangencia o debate da interculturalidade por meio do diálogo entre os diversos atores sociais e culturais, portanto apresentando questões de classe, gênero, etnia, alteridade, tolerância, etc.

Os colonialistas diziam que somente eles tinham cultura. Diziam que antes da sua chegada à África nós não tínhamos História. Que a nossa História começou com a sua vinda. Estas afirmações são falsas, são mentirosas. Eram afirmações

necessárias à prática espoliadora que exerciam sobre nós. Para prolongar ao máximo a nossa exploração econômica, eles precisavam tentar a destruição da nossa identidade cultural, negando a nossa cultura, a nossa História. Todos os Povos têm cultura, porque trabalham, porque transformam e mundo e, ao transformá-lo, se transformam (FREIRE, 1989, p. 42).

Neste sentido, Freire ao descolonizar as subjetividades visa resgatar a identidade e a memória nativa das culturas que tentaram ser apagadas historicamente pelo poder dos colonialistas. Freire reconhece em suas literaturas a opressão e exploração da classe trabalhadora e suas camadas sociais, mas além de reconhecer propõe uma nova práxis social que vise subverter tal lógica.

Educar e humanizar, portanto, estão umbilicalmente ligados quando se têm uma atuação profissional compromissada eticamente com a superação da opressão e da exploração. Por esse viés, educar e humanizar funcionam como sinônimos, pois o verdadeiro ato educativo somente se realiza na medida em que o ensino não domestique, não cerceie o pensamento crítico coletivo, não coisifique os sujeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação humanizadora é fundamental para superar o apagamento identitário dos povos que tiveram e têm suas alteridades negadas ao longo da história. O profissional docente deve construir coletivamente conhecimento que compreenda o fenômeno da exploração e opressão a partir de sua processualidade histórica produzida no espaço-tempo e como se materializa a contradição entre o projeto dos oprimidos e dos opressores.

Para isso, é necessário que o profissional docente compreenda o papel político e social na transformação da sociedade. A partir da disputa de consciência realizada dentro da unidade escolar, e dos demais espaços geográficos, podemos enfrentar organicamente a ideologia de massa propagada pelas classes dominantes – por mais que a correlação de forças não seja favorável –, naturalizando as contradições do modelo de sociabilidade atual.

No momento em que a voz é dos povos silenciados na história é enunciada, após tentativas seguidas de apagamento histórico de suas identidades e dos seus saberes produzidos por tais povos, estaremos dando largos passos para o caminho de uma educação humanizadora. Cabe destacar que o legado de Paulo Freire é maior que uma mera ação individualizada da comunidade escolar, afinal o espaço escolar se realiza na sociedade capitalista e, portanto, reproduzirá ideologicamente as intencionalidades das classes dominantes para manutenção do status quo, conscientemente ou não.

Por mais que a escola se (re)produza socialmente como aparelho ideológico do Estado Burguês, o profissional docente não deve cair no mero conformismo e simplesmente aceitar a realidade como dada. Na medida em que ele perde o esperar, a crença não metafísica na transformação social, produz o ato educativo com base na imutabilidade da transformação social, freando a potencialidade do ser mais nos trabalhadores(as) ou futuros(as) trabalhadores(as).

Sendo assim, se faz necessário a disputa e a (re)significação do espaço escolar – dentro de seus limites – para resistir contra as correntes de opressão e exploração materializadas no seio da sociedade (portanto, podendo atingir o chão da escola), tendo como horizonte a construção de uma sociedade anticapitalista e anti-imperialista.

REFERÊNCIAS

FREIRE, P. **A importância do ato de ler em três artigos que se complementam**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 3.

IASI, Mauro Luis. **Processo de consciência** / Mauro Luis Iasi. São Paulo: CPV, 1999

NERY, Vanessa Cristina Giroto; BARBOSA, Ana Maria da Silva. A humanização Freiriana: processos de formação docente nos documentos que orientam os currículos dos cursos de Pedagogia. Minas Gerais: **Práxis educativo**, vol. 16 ed. 2116218, 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/894/89468047007/html> Acesso em: 2 jan. 2023.

NICOLETTI, Lucas Portilho; NUNES, César Aparecido. (2020). As concepções de Mundo e de Pessoa de Paulo Freire: Pequenos fragmentos. **Educação, Sociedade & Culturas**, (56), 45–62. <https://doi.org/10.34626/esc.vi56.25>

NUNES, Cesar. Humanização. In: **20 palavras**: leituras sobre o agora. SILVA, Adriana; ROSA, Lilian; MOLINA, Sandra (orgs). São Paulo: Sesc São Paulo, 2020.

PONCE, Anibal. **Educação e luta de classes**/ Anibal Ponce, tradução de José Severo de Camargo Pereira. – 23. ed. – São Paulo: Editora Cortez, 2010.

!